



Aos vinte dias de outubro de dois mil e vinte três, foi realizada a segunda Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Teatro da Praça da Praça CEU – Centro de Artes e Esportes Unificados, situado a Rua Ito Alves 175, Rochedo, Conselheiro Lafaiete. A conferência iniciou as treze horas e dez minutos, com a apresentação cultural dos alunos da Escola Municipal “Jair Pinto de Azevedo”, em seguida a Secretaria Municipal Desenvolvimento Social fez a abertura da Conferência. Andressa, representante de usuários da Política dos Direitos da Pessoa com Deficiência e vice-presidente da AMUPD - Associação de Mães Unidas pela luta da Pessoa com Deficiência, iniciou agradecendo e manifestando a importância da conferência e do poder de fala, que cada pessoa deve ocupar seu espaço dentro da política em defesa dos direitos da pessoa com deficiência, que a sociedade possa entender que não se fala em inclusão e sim em garantia de direitos, colando a pessoa em igualdade com os demais. O vereador Osvaldo, representante da Câmara Municipal, manifestou o prazer de poder participar da conferência e que pode afirmar, em nome dos treze vereadores, que a Câmara Municipal é inclusiva. Apresentando as ações e leis que garantem o direito da pessoa com deficiência. O Vereador, manifestou que a sociedade não está preparada para inclusão. Justificou que não poderá ficar até a conclusão dos trabalhos, devido a compromisso agendado. Em seguida, a coordenadora da Educação inclusiva no Município, Aline Gerard, esclareceu que trabalha para que todos alunos tenham ensino de qualidade, contribuindo com adaptações para os alunos com deficiência. A presidente do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, Rosilene Bandeira, manifestou sobre a importância do Conselho e que é importante a participação da pessoa com deficiência para ocupar seus espaços. Em seguida a Coordenadora do Centro de Referência dos Adultos Especiais –CCAIE, Lucinei Alvim, apresentou a equipe de servidores do setor e apresentou o serviço prestado pela referida unidade social. A pedagoga do CCAIE colaborou com a apresentação do serviço e objetivos. Em seguida, foi realizada a apresentação cultural, pelas crianças do Projeto Roda Moinho com a professora de dança, Kênia, que apresentou o projeto de dança e convidou para apresentação no Teatro Municipal, dia doze de novembro de dois mil e vinte três. O Presidente da ASSULAR – Associação dos Surdos de Lafaiete e Região, Alessandro Aladino, fez sua apresentação com o apoio da intérprete de Libras e diz saber da dificuldade dos surdos. Manifestou o prazer em representar a ASSULAR e a importância de todos ocuparem os espaços em defesa da pessoa com deficiência. Solicitou que a Associação seja convidada para estes espaços em Conselheiro Lafaiete. Logo após, Maria Isabel, Conselheira do CMDPD e representante da AFAUPA – Associação de Familiares e Autistas Unidos pelo Autismo, fez sua apresentação e leu o Regimento Interno. Houve destaque no Capítulo VI, das ações de pré conferência, Artigo 16, letra a, com retirada a frase

“a todos equipamentos governamentais”. Neste momento, a Presidente do CMDPC, pediu desculpa pelo convite não ter chegado a ASSULAR e que também convidou os equipamentos governamentais. Em seguida foi convidada a Palestrante, Doutora Denília Andrade, professora do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG, que veio apresentar sobre o tema: “Cenário atual e futuro da implementação dos Direitos da Pessoa com deficiência: Construindo um Brasil mais inclusivo”. Dr^a Denília fez sua apresentação explanando sobre questões particulares, por ter na família uma pessoa com deficiência. Começou dizendo que devemos ocupar estes espaços, que a deficiência pode acontecer com todos. Discorreu que, desde o início da humanidade este assunto está presente na sociedade e como ainda não conseguimos conviver com todos, são necessárias leis para regulamentar como devemos conviver. A lei é um recurso e se faz necessária conhece-las para cobrar sua efetivação. Em seguida, esclareceu sobre o processo histórico da pessoa com deficiência e o processo da segregação e da evolução. Falou sobre importância de educar as gerações futuras, com princípios educativos para inclusão. Foi esclarecido sobre o “capacitismo” que ainda é uma barreira muito forte, que deficiência não é sinônimo de incapacidade. Esclareceu sobre as principais leis que asseguram o direito à pessoa com deficiência, que estas surgiram para atender a população com deficiência, como sujeitos de direitos. Neste momento, os participantes foram convidados para o lanche e em seguida formaram os cinco grupos, conforme os eixos escolhidos, a fim de debater e apresentar as propostas. As propostas foram apresentadas, discutidas e aprovadas em plenária. Ficando deliberadas as seguintes propostas respectivamente :Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais, União-Governo Federal.

Eixo I: Estratégias para manter e aprimorar o controle social assegurando a participação das pessoas com deficiência
MUNICÍPIO
Implementar em todos os setores públicos para que os servidores, que lá atuam, sejam instruídos através de cursos ou palestras, a serem ministrados na própria instituição ou fora dela, acerca da inclusão, tratamento adequado e respeitoso e acolhimento da pessoa com deficiência. Estes cursos deverão ser oferecidos pelos serviços públicos subordinados à área da educação e saúde, podendo firmar parceria com instituições privadas
Criar ou contratar uma central de intérpretes de libras, para atendimento nos setores que trabalham com agendamento e demanda espontânea
Garantir um interprete de libras em todas as reuniões do CMDPD, (Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência)
Criação de um fórum de garantia de direitos da Pessoa com deficiência -PCD a realizar-se a cada 4 meses

ESTADO
Representante de PCD em todos os conselhos de direitos
UNIÃO
Representante de PCD em todos os conselhos de direitos
Eixo II: Garantia do acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas e avaliação biopsicossocial unificada
MUNICÍPIO
Realização de um Diagnóstico sócio territorial de âmbito municipal para conhecer a realidade das pessoas com deficiência no município de Conselheiro Lafaiete
Criar uma política de capacitação continuada aos servidores públicos do município e as entidades parceiras, garantindo a inclusão das pessoas com deficiência e atendimento de qualidade, no qual garanta transparência das informações sobre todos os serviços e atendimentos do município as pessoas com deficiência
ESTADO
Garantir a isenção da taxa de emissão do documento de identidade, nos casos em que a renda ultrapassar o critério, de maneira a ser comprovada com relatório do técnico do SUAS informando as vulnerabilidades a qual torna elas beneficiárias, ou seja, retornar a aceitar o relatório do técnico do SUAS nos casos mencionados e não somente a folha resumo do cadastro único
Criação do Núcleo Dia com o objetivo de atendimento integrado biopsicossocial para pessoas com deficiência em suas especificidades e de todas as idades com equipe própria e capacitada
UNIÃO
Elaboração de Lei Federal que garanta a Criação dos Núcleos Dias
Eixo III: Financiamento da promoção de direitos da pessoa com deficiência
MUNICÍPIO
Reverter uma porcentagem do imposto de renda anual para o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Garantir que seja elaborado editais de chamamento público que selecionam projetos sociais para pessoas com deficiência, utilizando o recurso captado pelos Fundos Municipais com percentual destinado a projetos voltados a pessoa com deficiência
Garantir que todas as multas de acessibilidade dos estabelecimentos privados e públicos possam ser destinadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, posteriormente transferidas as instituições cadastradas no conselho

Destinação de recursos para contratação de empresas especializada para construção de diagnóstico da pessoa com deficiência.
ESTADO
Garantir cofinanciamento da política da pessoa com deficiência
Garantir recursos de contratação de empresas especializadas para construção de diagnóstico da pessoa com deficiência
UNIÃO
Garantir recursos para criação de centrais de libras, para fornecer acessibilidade em todos os setores público e privado a comunidade surda
Reverter uma porcentagem do imposto de renda anual para o Fundo Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Garantir recursos financeiros para implantação de semáforos sonoros
Eixo IV: Cidadania e Acessibilidade
MUNICÍPIO
Criar uma coordenadoria municipal dos direitos da pessoa com deficiência, em caráter permanente, vinculada à secretaria de Governo, para elaborar projetos e ações realizadas em regime de parceria entre secretarias municipais. Deverá ser composta por profissionais técnicos na área
Implementar sinalizadores auditivos, visuais e táteis, para as pessoas com deficiência nos terminais de transportes públicos
ESTADO
Garantir a acessibilidade no transporte público de passageiros intermunicipal
Criação de Centro de Apoio à PCD, vinculado à Concessionária responsável pela rodovia
UNIÃO
Em passeios estreitos, não havendo disponibilidade de faixa de serviços, o cabeamento deverá ser obrigatoriamente subterrâneo
Proibir em âmbito federal a comercialização de fogos de artifício com estampido
Eixo V: Os desafios para a comunicação universal
MUNICÍPIO

Capacitação de profissionais da rede pública municipal, quanto a utilização e o acesso a comunicação universal
Divulgação da existência dos profissionais qualificados na comunicação universal na rede pública de ensino
ESTADO
Criar campanhas educativas de combate ao capacitismo pelo Estado
UNIÃO
Investimento em tecnologia assistiva em todos os setores públicos

Dando seguimento aos trabalhos, foi realizada a Eleição dos Delegados para representação na Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Segmento Sociedade Civil:

- a) Representante de Usuário do SUAS
1-Adriana Martins Rosa
- b) Representante do Trabalhador do SUAS
1-Vanda Lúcia Godinho
- c) Representantes das Entidades e Organizações da área da Pessoa com Deficiência
1-Andressa Rossaine Fernandes
2-Rafaella Cristina dos Santos
- d) Representantes do CMDPD-Segmento da Sociedade Civil
1-Sirlene José de Souza
2-Rosilene Bandeira

Seguimento Governamental:

- a) Representantes Governamentais
1- Adriana Vieira
2- Elaine Matilde Resende
3- Nícia da Silva
- b) Representantes do CMDPD-Seguimento Governamental
1- Ana Lúcia Baêta
2- Camila do Carmo Marçal
3- Sandra Corrêa

Apresentada e aprovada a moção de sugestão para adequação do nome do Centro de Convivência do Adulto Especial para, Centro de Convivência do(a) Adulto(a) com Deficiência. Sendo definido como uma deliberação da conferência. A Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Magna Cupertino, agradeceu o trabalho das pessoas envolvidas, para que esse evento tivesse êxito. A 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, foi encerrada às 18:10 horas A presidente do CMDPD, Rosilene Bandeira, agradeceu a presença de todos e todas. Conselheiro Lafaiete 20 de outubro de 2023.